



A REFORMA EDUCACIONAL PARAGUAIA DE 1994 E A INGERÊNCIA EXTERNA

THE PARAGUAYAN EDUCATIONAL REFORM OF 1994 AND THE EXTERNAL INTERFERENCE.

Patricia Simone Roesler*

Paulino José Orso**

Resumo: Este artigo trata da reforma educacional paraguaia ocorrida em 1994, uma das últimas alterações significativas do setor do país, que resultou na Lei Geral da Educação 1264/98, que regula os princípios, os meios e os fins da educação desde então. Conhecê-la pressupõe analisar a sociedade e, em decorrência disso, verificar as motivações que levaram ao procedimento reformador, uma vez que, as reformas sempre ocorrem em resposta a uma necessidade social. Neste sentido, objetivamos trazer à tona a reforma de 1994 e a problemática envolvida, além de analisar as interferências externas e a participação de intelectuais da Universidade de Harvard que comprometeram a soberania, a independência e a autonomia em relação aos procedimentos reformistas.

Palavras-chave: Educação. Reforma. Paraguai.

Abstract: This article deals with the Paraguayan educational reform occurred in 1994, one of the latest significant changes in the sector of the country, which resulted in the General Law of Education 1264/98, that regulates the principles, means and ends since then. Knowing it means to analyze the society and, as a result, verify the motivations that led to the reform method, once the reforms always occur in response to a social need. Therefore, we aimed to bring up the reform of 1994 and the issue involved, besides analyzing the external interferences and the participation of intellectuals from Harvard University, compromising the sovereignty, independence and autonomy in relation to the reform methods.

Keywords: Education. Reform. Paraguay.

Introdução

O final do século XX e o início do XXI foi marcado pelas lutas políticas, econômicas, ideológicas e sociais decorrentes do fim da bipolarização instalada com a Guerra Fria e pelos avanços do neoliberalismo, que, reforçados pelo Consenso de Washington, desencadearam a realização de um amplo programa de reformas, principalmente nos países da América Latina e

* Mestre em Educação, estudante, vinculada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Integrante do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR.

Email: patriciaroesler@hotmail.com

** Doutor em Educação. Professor associado do Colegiado de Pedagogia e do PPGE da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Email: paulinorso@uol.com.br



Caribe. Nesse momento, o Paraguai era marcado pelo fim da ditadura militar, pela transição democrática e por procedimentos reformistas que desencadearam inúmeras medidas em todos os planos, em especial relacionados ao papel e funcionamento do Estado, ao manejo do aparato governamental e às formas e níveis de participação da sociedade, dentre outros fatores.

Se o projeto amplo da sociedade registrava alterações significativas em todos os setores, houve também um projeto educacional articulado a esta conjuntura. No Paraguai, mais precisamente no ano de 1994, atendendo a uma necessidade social, ocorreu uma ampla reforma educacional que reestruturou todos os níveis de ensino e as estruturas adjacentes. Tendo isso presente, analisamos a problemática em torno da reforma educacional, tendo em vista que foi elaborada, planejada e executada pelas autoridades locais, mas com amplo apoio financeiro e assessoria técnica de intelectuais da Universidade de Harvard – EUA.

Primeiramente trataremos de caracterizar e explicar a reforma educacional paraguaia de 1994. A seguir analisamos o contexto em que ela emergiu, pontuando, sobretudo, a ingerência externa no país e seus impactos para a nação e, por fim, discorremos sobre a educação do Paraguai no contexto do intervencionismo e da dominação externa, almejando identificar como e porque ela se transformou num setor estratégico para instrumentalizar um projeto mais amplo da sociedade.

A Reforma Educacional de 1994

Estudar, analisar e compreender a reforma educacional paraguaia de 1994 remete a atenção para os organismos internacionais, sobretudo da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas (ONU), da agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Banco Mundial (BM) e afins. Denota-se que os planos educativos são pensados, planejados, elaborados e desenvolvidos, assim como as metas educacionais estabelecidas, são definidas por meio das conferências, congressos e reuniões realizadas em âmbito mundial, que instituem um conjunto de medidas a serem adotadas mediante acordos entre as nações e as agências financiadoras internacionais, transformando o processo educativo em um ensino uniforme e padronizado, para supostamente, atender as necessidades das populações locais.



É nesse contexto que a reforma educacional paraguaia de 1994 ocorreu. Emergiu em consonância com um amplo procedimento de reformas adotadas por países da América Latina e Caribe entre os anos de 1980 e princípios do século XXI, impulsionadas pelas políticas liberalizantes e pelo Consenso de Washington.

Notadamente, a reforma educacional de 1994, para ser instituída, foi elaborada mediante alguns procedimentos burocráticos como estudos, congressos, diagnósticos, elaboração de propostas educativas, dentre outros fatores.

O primeiro antecedente oficial que marcou a iniciativa da reforma educacional de 1994 foi o compromisso assumido pelo governo paraguaio na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia), no início da década de 1990.

Após essa conferência, ainda no ano de 1990, foi constituída, no Paraguai, a Comissão Nacional de Reforma, a qual tinha a missão de pensar uma reforma integral do sistema educativo paraguaio, de elaborar um diagnóstico analítico geral da educação do país e de formular propostas e alternativas para superar as deficiências do setor educacional (JICA, 2004). Assim, a Comissão Nacional de Reforma, para cumprir com seus objetivos, formou o Conselho Assessor da Reforma Educativa (CARE).¹

Os fins e os objetivos da reforma educativa foram organizados inicialmente pelo Conselho Assessor da Reforma Educativa (CARE) e submetidos a uma consulta nacional durante os anos de 1992 e de 1993. A consulta nacional foi realizada por meio de dezenove congressos regionais e de dois congressos nacionais, um de educação primária e outro de educação secundária. Participaram desses congressos vários setores da sociedade envolvidos com o setor educacional, fato que possibilitou elencar estratégias, alternativas e planos de ação para a reforma educativa (JICA, 2004).

A consulta nacional evidenciou a necessidade de ajustar o setor educacional ao processo de transição democrática do país, de enfatizar a característica linguística e cultural da nação, de responder às necessidades de integração política e econômica com os países da região latino-

¹ O conselho assessor da reforma era composto por doze membros: 1. Dra Carmem Quintana de Horak; 2. Lic. Lina Matto de Ferreira; 3. Lic. Maria Alma Lysis Chaparro de Garcia; 4. Dr. Ramiro Dominguez; 5. Prof. Abelardo de Paula Gomes; 6. Rvdo. Padre Jesus Montero Tirado; 7. Dr. Adriano Irala Burgos; 8. Dr. Domingo Rivarola; 9. Dra. Miguelina Cadogar; 10. Dr. Secundino Nuñez; 11. Dr. Vicente Sarubbi; 12. Dr. Mario Ramos Reyes (TIRADO, 1992).



americana, dentre outros fatores. A reforma educativa paraguaia foi definida como um processo permanente, participativo e aberto que deveria comprometer todos os setores da sociedade (JICA, 2004).

No campo internacional, os interesses dos organismos de cooperação financeira impulsionaram o projeto de reforma educativa. Uma das primeiras iniciativas foi a responsabilidade que o Ministério da Educação atribuiu ao Instituto de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard (HIID) e ao Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES) para a realização de um diagnóstico sobre a situação da educação paraguaia e, posteriormente, a elaboração de uma proposta de políticas para iniciar uma reforma.

O apoio da cooperação internacional à reforma da educação paraguaia ocorreu por meio de assistência técnica financeira reembolsável e também mediante doações. A seguir elencamos alguns exemplos:

O programa de gestão da reforma do pré-escolar e do primeiro e segundo ciclo da educação escolar básica, executada entre 1990 e 1994, teve um custo total estimado em 59 milhões de dólares, com taxas de juros entre 1% a 2% anual e com um prazo de vencimento de 40 anos (PARAGUAY: INFORME TÉCNICO PROGRAMA EDUCACIÓN PARA TODOS, 1999).

O programa de gestão da reforma do terceiro ciclo, executado entre 1996 e 2000, teve um custo estimado em 40 milhões de dólares, com uma taxa de juros variável e um prazo de vencimento de 12 anos. Além disso, o Ministério da educação e cultura (MEC) executou em 1996 um crédito concedido pelo Programa Global de Cooperação Econômica e Financeira com a Espanha que estava destinado para construções, para compra de equipamentos e para contratação de serviços de empresas espanholas. Esse crédito contabilizou um total de 20,7 milhões de dólares e estavam orientados para o terceiro ciclo e para os institutos de formação docente (PARAGUAY: INFORME TÉCNICO PROGRAMA EDUCACIÓN PARA TODOS, 1999).

Entre os organismos multilaterais de cooperação destaca-se a assistência técnica e financeira do sistema das Nações Unidas e, dentro dela, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esse transferiu ao MEC entre 1992 e 1997, 775 mil dólares para a operação de programas de educação inicial e do primeiro e segundo ciclo da educação escolar básica, particularmente os de caráter inovador como: a educação inicial não escolarizada denominado



Programa Mitâ Roga e a Escola Ativa, em zonas rurais e urbanas marginais, chamada de Programa Escola Ativa Mitâ Irû. Além disso, prestou assistência para o desenho, a execução e o seguimento dos programas referidos (PARAGUAY: INFORME TÉCNICO PROGRAMA EDUCACIÓN PARA TODOS, 1999).

As instituições e as organizações de cooperação privada externa também contribuíram financeiramente, cabe mencionar as ligadas ao Movimento Fé e Alegria, cujo projeto educativo obteve um fundo donativo de 2,2 milhões de dólares entre 1993 e 1997 para investimentos em construções escolares, para elaboração de materiais, para a capacitação docente e para a gestão dos seguintes programas: educação formal desenvolvida nas escolas suburbanas de Assunção e seis distritos da área metropolitana, educação rural bilíngue intercultural nos estados de Concepción, de São Pedro, de Missiones e de Caaguazú e o programa de educação de adultos em Concepción, em São Pedro, em Missiones, em Caaguazú, em Itapúa e em Villa Hayes (PARAGUAY: INFORME TÉCNICO PROGRAMA EDUCACIÓN PARA TODOS, 1999).

Os exemplos supramencionados denotam que os recursos financeiros para os investimentos em: construções escolares, compra de equipamentos, elaboração de materiais, operação de programas de educação, execução de planos de ação para a capacitação docente, reestruturação da gestão do setor, entre outros elementos, previstos pela reforma educativa, são advindos, em sua grande maioria, de domínios externos. Este fato denota, de certo modo, a articulação do estado nacional paraguaio com as demandas de desenvolvimento internacional que caracterizaram os anos de 1990 na América Latina.

A elaboração teórica da reforma educativa também registra elementos relevantes a mencionar, pois contempla análises, diagnósticos e planos de ação para a educação do Paraguai no contexto reformista. Ainda é possível identificar os atores sociais envolvidos no planejamento, organização, desenvolvimento e execução deste procedimento que reestruturou o setor educacional, no qual se denota tanto o envolvimento da sociedade paraguaia como de intelectuais da Universidade de Harvard Institute for International Development (HIID)² e a Agência Internacional para o desenvolvimento (AID).

²Harvard Institute for International Development (HIID) era composto pelos seguintes integrantes: Willian Cummings, Noel McGinn, Magdalena Rivarola e Donald Warwick e teve Fernando Reimers como coordenador do projeto.



Para compreender a construção do procedimento reformador de 1994 é necessário referir três documentos principais: *Reforma educativa compromisso de Todos* (CARE, 1992), *El desafio educativo: una propuesta para el diálogo sobre las oportunidades educativas en el Paraguay* (CARE, 1996) e *Paraguay 2020: Enfrentemos juntos el desafío educativo* (CARE, 1996). Vale salientar que, em 1998, o Conselho Assessor da Reforma Educativa (CARE) publicou um compêndio com toda essa documentação, denominado de: *Avances de la reforma educativa*.

No documento *Reforma Educativa Compromisso de todos* (CARE, 1992), a reforma educativa comprometeu todas as esferas da gestão oficial, as instituições e os grupos sociais desde a família, o Município e o Estado. Os principais apontamentos do documento direcionavam-se para: “transformação da estrutura administrativa do MEC, fortalecimento do sistema de seleção e promoção de pessoal, a descentralização como condizente a democratização e a maior eficiência da gestão educativa” (JICA, 2004, p.34).

No documento, *O desafio educativo: una propuesta para el diálogo sobre las oportunidades del Paraguay* (CARE, 1996), foi realizado uma análise que permite compreender os motivos e a justificativa de uma reforma educacional. Dessa forma foi organizado um conjunto de ações para a realização do processo reformista, o qual apontou o fortalecimento da convivência democrática, o aumento da competitividade e da força de trabalho paraguaia com o objetivo de reduzir a pobreza.

O documento *Paraguay 2020: enfrentemos juntos el desafío educativo* (CARE, 1996) pode ser definido como um instrumento de gestão, sendo baseado nos trabalhos do Grupo de Diálogo Estratégico com a contribuição de diferentes grupos sociais e com o apoio técnico de Harvard Institute Of International Development (HIID). No presente documento expressaram-se as grandes prioridades da reforma e as correspondentes ações.

Os três documentos são fontes importantes para conhecer o processo formal e burocrático que conformou o planejamento, o desenvolvimento e a execução reformista, bem como os atores sociais envolvidos. Constituem-se em um ponto de partida para compreender os eixos que nortearam os diagnósticos educacionais do contexto dos anos de 1990, as estratégias definidas e as propostas determinadas.

Outra fonte de consulta, necessária a ser mencionada, que apresenta um diagnóstico da situação geral do setor educativo, a priori, objetivando determinar propostas e alternativas para



resolver as deficiências educacionais é o informe intitulado: "*Análisis del sistema educativo en el Paraguay. Sugerencias de su política y estrategia para su reforma*". Esse documento foi elaborado em outubro de 1992 e apresenta, além de um diagnóstico da educação paraguaia no contexto da reforma, as políticas educativas paraguaias a serem executadas no processo reformador da educação. O informe em questão foi elaborado por duas organizações: A universidade de Harvard e Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES)³ com o apoio da Agência Internacional para o desenvolvimento (AID).

O referido documento evidenciou os setores avaliados como relevantes para pensar sobre a reestruturação educacional paraguaia. Pontuaram-se as seguintes questões: os desafios do MERCOSUL e a educação, a educação básica, a educação média, a formação docente, a avaliação, a educação superior, a educação de adultos, a educação bilíngue, a administração do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a centralização. Isto significa que esses elementos formaram o conjunto de medidas que deveriam ser avaliadas para, posteriormente, elaborar os planos de ações para serem executados no procedimento reformador, almejando superar os problemas educacionais do país (MACGINN, 1993).

A partir do diagnóstico realizado e das problemáticas evidenciadas, os reformadores passaram a elaborar proposições para todos os níveis educacionais e os setores previstos a serem reformados, tendo em vista a superação das deficiências e a definição de novas metas educacionais. As iniciativas realizadas no campo educacional se projetaram no sentido de reavaliar os programas educacionais em vigor e, a partir disso, reconfigurá-lo (MACGINN, 1993). Pode-se dizer que foi atribuído ao setor educacional papel estratégico como instituição que deveria estar alinhada a serviço do desenvolvimento do capital. Isto se configurou mediante projetos nacionais, articulados em escala global, em consonância com os de caráter político e econômico para atender às demandas de produção emergentes.

Cabe mencionar que uma concessão importante e que atendeu às necessidades culturais da população paraguaia, pontuada pela comissão de reforma, foi a educação bilíngue. Uma das características mais conhecidas e peculiares do Paraguai é o fato de ser uma nação bilíngue, com

³Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES) com o apoio da Agência Internacional para o desenvolvimento (AID) era composto pelos seguintes integrantes: Domingo M. Rivarola, Luis Galeano, Oscar Serafini, Graziella Corvalán, Natalia Canese, Cynthia Hobbs, José Luis Benza, Diómedes Rivelli, José D. Franco e Maria Eugenia Arce.



uma população étnica e culturalmente homogênea. É o único país da América Latina em que duas línguas empregadas são consideradas oficiais: o castelhano e o guarani. Nos anos de 1990, 52% da população usava ambas as línguas, 6,5% da população era monolíngue castelhano, 89% utilizava o guarani para se comunicar e 4,5% eram imigrantes que utilizavam outros idiomas. (CORVALÁN; CANESE; HOBBS; RIVAROLA, 1993).

Embora ambos os idiomas fossem aceitos e valorizados como oficiais, a língua mais usada para o ensino nas escolas, antes da reforma, era o castelhano. Isto se tornou contraditório, pois a maioria das crianças que ingressava nas escolas era monolíngues guaranis ou bilíngues incipientes, ou seja, 69,5% das crianças entre 3 e 4 anos falavam somente o guarani⁴. Assim, o ensino realizado em castelhano privilegiava os alunos que tinham apropriação desse idioma, no entanto, os que eram monolíngues guaranis, ou bilíngues incipientes, não adquiriam, por meio da educação formal, as ferramentas linguísticas e cognitivas para assegurar êxito nos anos posteriores, pois não conseguiam acompanhar, aprender e desenvolver os conteúdos realizados em sala de aula, uma vez que não os comprehendiam (CORVALÁN; CANESE; HOBBS; RIVAROLA, 1993).

No que diz respeito a fundamentação teórica, os membros do Conselho assessor da reforma educativa escolheram, como base de todo o sustento teórico e filosófico, o pensamento e a filosofia personalista de Emmanuel Mounier⁵. Essa filosofia defende que o ser humano deve superar sua condição de indivíduo e sua dimensão biológica que, por sua vez, será suplantada por meio do processo educativo que permita abandonar seu estado natural e assumir sua condição de pessoa. O centro da atividade educativa deve ser educando (DUARTE, 2011), num retorno à Escola Nova.

Em linhas gerais, a reforma educacional paraguaia de 1994 ocorreu mediante faces explícitas e implícitas. Era explícito, de acordo com Villagra (2011), a crise econômica do país, os baixos indicativos sociais, a informalidade dos mercados e a reduzida institucionalidade do

⁴ Estatística segundo o senso de 1962, pois, em 1982, não foi pesquisado esse dado (CORVALÁN; CANESE; HOBBS; RIVAROLA, 1993).

⁵ Emmanuel Mounier ensejava uma revolução personalista comunitária, uma vez que seu projeto era a transformação da sociedade em uma nova civilização, como um projeto do Reino de Deus. Sua filosofia pode ser entendida como um movimento humanista inspirado na cosmovisão pessoal-transcendente que o novo cristão introduziria na história, sempre latente nos sistemas que colocam a pessoa no centro de suas reflexões.



Estado. De acordo com Rivarola (2000), também era notório no contexto pré-reforma, o analfabetismo, a evasão escolar, a precariedade dos espaços físicos de ensino, a carência de profissionais para atuar na área da educação, a debilidade das instituições educacionais e administrativas, uma vez que a educação paraguaia nos anos de 1990 se caracterizava entre as de menor desenvolvimento do continente e, com um agravante, era carente de uma mínima base de cultura crítica para iniciar uma transformação. Implícitas eram as condições históricas nas quais se consubstanciou a reforma, pois, estabeleceu-se em decorrência do movimento do capital que buscava a sua reprodução e expansão após o enfrentamento provocado pelas crises econômicas e financeiras mundiais, sobretudo, para tentar se reequilibrar e se estabilizar com a globalização neoliberal, orientada pelos interesses estadunidenses.

Assim, a reforma educacional paraguaia foi transformada em um importante instrumento para a defesa da democracia frente ao autoritarismo do passado. Entre as medidas estabelecidas para concretizar a democratização está a instituição de uma nova carta constitucional (1992), que estabeleceu o direito de toda a população à educação integral e permanente. Propôs a erradicação do analfabetismo e a capacitação para o trabalho como objetivos permanentes do sistema educativo. Estabeleceu a obrigatoriedade e gratuidade da educação escolar básica e assinalou que o Estado seria o provedor do ensino médio, técnico, agropecuário, industrial e superior (PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN 2024, 2011).

Outro elemento a mencionar é que a materialização das alterações educacionais previstas pelo procedimento reformador da educação, instituído nos espaços escolares a partir de 1994, também foi concretizado pelo Estado paraguaio, mediante o processo formal, por meio da promulgação da Lei Geral da Educação nº 1264/98, que desde então regulamenta os princípios, meios e fins da educação do país.

As medidas mencionadas se constituíram em tentativas para iniciar novas formas de convivência, partindo da proteção aos direitos humanos e da construção de um ambiente crítico, pluralista e participativo, com uma educação distinta dos governos totalitários. Portanto, a reforma educacional, de modo geral objetivava mudanças profundas e a introdução de novas teorias de acordo com a nova realidade social instalada, ou seja, visava preparar os indivíduos para conviver na democracia (DUARTE, 2011).



Todavia, se os termos autonomia, liberdade, integração e democracia se constituíam em palavras de ordem para orientar os processos reformistas, também se encontra presente a ingerência externa, provocando impactos controversos na sociedade e na educação.

A ingerência externa no Paraguai

A ingerência externa no Paraguai e na América Latina não é mais nenhuma novidade. No entanto, conhecer melhor esse processo, permite verificar a proximidade de tal ingerência e a realidade educacional. A educação não pode ser compreendida isolada da sociedade, pois faz parte dela. Assim, esta relação fica mais clara quando analisamos a educação nos anos de 1990 e os procedimentos adotados na elaboração, planejamento e execução da reforma educacional de 1994.

Ingerência externa, imperialismo, relações de dominação! Como e porque estes elementos se incorporam na sociedade paraguaia, adentram as esferas sociais, limitam o desenvolvimento econômico, político e cultural, reduzem a autonomia estatal e impactam a vida e a educação?

O Paraguai é um país territorialmente pequeno quando comparado aos seus vizinhos latino-americanos, com economia predominantemente agrícola, significativas taxas de desemprego, analfabetismo, pobreza, debilidade das instituições do Estado, economia altamente informal, conflitos de terra, cultura de corrupção, etc. Este contexto presumiria práticas sociais livres de interferências externas, pois, aparentemente se expressa como um país desinteressante para as potências mundiais no que diz respeito aos investimentos, parcerias, acordos econômicos, dentre outros fatores que contemplariam os interesses dos grandes capitalistas.

Contudo, uma questão que não pode ser esquecida é que o capitalismo sempre foi um sistema expansionista por natureza, ou seja, sobrevive à custa da exploração da mão de obra operária, da espoliação dos povos, do controle social e das disputas comerciais. A relação entre dominantes e dominados é inerente à acumulação do capital operante em escala mundial. Isto significa que há um imperialismo impulsionado pelas transnacionais e apoiados pelos poderes estatais que não buscam o desenvolvimento global harmonioso, mas objetivam se apropriar de propriedades alheias daqueles com reduzida capacidade de autonomia e reação (GLAUCER, 2009).



Neste sentido, os países da América Latina e Caribe se transformaram em nações alvejadas pelos países desenvolvidos, particularmente pelos Estados Unidos, pois detêm 25% de todos os recursos naturais e energéticos que os estadunidenses necessitam, possuem 25% dos bosques, 40% da biodiversidade mundial, quase um terço das reservas mundiais de cobre, bauxita e prata, 27% de carvão, 24% do petróleo, 8% do gás, 5% do urânio e 35% da potência hidro energética mundial. Estes dados indicam que, para os Estados Unidos manter o seu nível de produção e consumo, faz-se necessário assegurar fontes de abastecimento de recursos naturais e energéticos fora do país, ou seja, pode-se dizer que a nação yanque possui déficits estruturais e é dependente externo de alguns minerais estratégicos (CEPRID, 2013).

Esta realidade latino-americana e caribenha, que também está presente no Paraguai, com suas especificidades, aliada à sua posição estratégica, desperta atenção dos países dominantes. Por isso, desde o seu descobrimento, os influxos externos se manifestam com o objetivo de se apropriar da terra, da biodiversidade, dos recursos naturais.

O poder militar externo também está muito presente no Paraguai. Gutiérrez (2014) aponta indícios sobre a existência de instalações de caráter militar estadunidense em São Pedro, denominada Centro de Operações de Emergências, supostamente destinada ao auxílio da população paraguaia frente aos desastres naturais. Entretanto, mais do que um caráter humanitário, tem a finalidade de fazer frente ao Exército do Povo Paraguaio, denominado EPP, qualificado pelos Estados Unidos como terrorista⁶ e pelo fato de que a tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) favorece o tráfico ilegal de armas, de narcóticos, de seres humanos, a pirataria, a lavagem de dinheiro, fatores potenciais para financiamentos de organizações terroristas. Estes fatos somados às riquezas naturais⁷ e a resistência campesina respaldam o militarismo nesta região.

⁶O êxito do plano de expansão e dominação yanque é assegurado por meio de uma ampla infraestrutura ao redor do mundo, constituída por barcos de guerras, porta aviões, submarinos, controle de aeroportos, portos fluviais, domínio de redes de comunicação, financiamentos de projetos econômicos de dependência externas aos países periféricos.

⁷A reserva natural de Laguna Blanca, território arrendado quase em sua totalidade para corporações privadas é localizada em Santa Rosa del Aguaray, em São Pedro, região do Aquífero Guarani, maior reserva de água doce do mundo. A região de fronteira formada por Brasil, Argentina e Paraguai constitui locais que unem ricas jazidas, correntes de água e regiões petrolíferas e de gás da Bolívia e norte da Argentina.



Irala (2011), por sua vez, menciona um destacamento militar no aeroporto de Mariscal Estigarribia, no Chaco,⁸ estado de Boqueron, a 525 quilômetros de Assunção e 200 da fronteira com Bolívia. A cidade paraguaia, sede das instalações militares, é povoada basicamente por paraguaios de origem indígena⁹. A base militar foi construída sob a justificativa de prestar e melhorar os serviços sociais. Com isso, estabeleceu-se uma dependência entre a cidade e o destacamento militar.

Neste sentido, de acordo com Irala e Coronel (2012), no Paraguai, foram criadas uma série de disposições legais, de medidas ou leis antiterroristas¹⁰, que permitem a aplicação penal a supostos terroristas, de acordo com a terminologia adotada pelos Estados Unidos, como por exemplo: a lei do informante, do serviço civil obrigatório, novas disposições do código penal e a modificação do código do processo penal.

Irala (2009, 2010) também menciona o assessoramento do governo colombiano ao Estado paraguaio para o estabelecimento da segurança interna e a luta contra o narcotráfico e o sequestro. Trata-se de acordos para receber assessoramento, capacitação e acompanhamento de organismos e centros de inteligência colombiana, instruída durante décadas pela CIA e pelo Pentágono, contexto materializado no Paraguai por meio de vendas de armas e munições, assessoramento, treinamento e trabalho de inteligência com fiscais, juízes, grupos da polícia nacional e empresários.

As agências aliadas aos interesses estadunidenses também contribuem para a manifestação da ingerência externa. A USAID¹¹ é um exemplo de instituição que executa

⁸ A base militar de Mariscal Estigarribia possui capacidade para 20 mil soldados, com uma pista de aterrissagem de 3600⁸ metros à disposição do Pentágono, considerada uma das maiores da América Latina. Denota-se ainda a base DEA em Pedro Juan Caballero, na fronteira com Brasil, a presença de uma embaixada dos Estados Unidos em Assunção, junto com instituições da CIA, do FBI e da USAID, assim como uma série de missões isoladas de caráter militar.

⁹O Estado paraguaio possui alguns marcos constitucionais que asseguram os direitos dos paraguaios de origem indígena no que se refere à posse de terra. No entanto constata-se que esses direitos não são contemplados, ou seja, o Estado tende mais a assimilar estes paraguaios à sociedade do que garantir a concessão dos direitos previstos.

¹⁰ As leis antiterroristas, advindas de pressões do governo dos Estados Unidos, têm o objetivo de localizar grupos, pessoas, organizações e movimentos que possam ameaçar a hegemonia estadunidense, no interior do próprio país bem como em vários países do mundo.

¹¹ Ao analisar os eixos de cooperação técnica da USAID é possível identificar as principais áreas de atuação dos Estados Unidos no Paraguai. Denota-se que no setor de desenvolvimento social o apoio é praticamente nulo, no desenvolvimento econômico produtivo não chega a 1%, no desenvolvimento político e institucional é de 32,3% centrada especialmente na área de democracia e governo. As principais instituições favorecidas pelos projetos financiados pela USAID no Paraguai são: ministério da fazenda, de saúde pública e bem estar social, controladoria



programas sob a orientação estadunidense com presença significativa no Paraguai. Seus programas possuem certa autonomia no operacional, mas devem cumprir objetivos estratégicos da política estrangeira fixada localmente pela embaixada e globalmente pelo departamento do Estado. Cabe ressaltar que estes dados não estão disponíveis em nenhum documento público (CORONEL et al, 2012).

Estudos registrados por Glaucer (2009) afirmam que 19% do território do Paraguai está sob o controle direto ou indireto de empresas, corporações ou estrangeiros, sobretudo, por meio do agronegócio controlado pelas transnacionais,¹² o conservadorismo ambiental¹³ e as concessões para a exploração de petróleo e minérios.¹⁴

Denota-se que a ingerência externa estabelecida no Paraguai possui uma dupla face. Ora é expressa por meio de operações militares sem precedentes, ora se reveste de um caráter humanitário e redentor, com responsabilidade e compromisso com a paz, a saúde, a educação e o bem estar social. A combinação entre ingerência e ajuda humanitária gera reações contraditórias na sociedade, pois, de um lado, suscita o medo e a insegurança e, por outro, promove a sensação de bem estar e atenção estatal (IRALA 2009, 2010).

A constatação das ingerências externas no país não apresentam resultados positivos. O militarismo reprime os movimentos rebeldes, manipula o coletivo social e produz conflitos sem precedentes. O agronegócio fundamentado nas transnacionais reduz a empregabilidade, limita o retorno financeiro gerado pelos impostos e lucros para o país e restringe o crescimento do mercado interno. O conservadorismo ambiental desapropria comunidades campesinas, apropria-se da biodiversidade da nação e propicia o crescimento da desigualdade social. As concessões para exploração de petróleo e minérios geram impactos ambientais e usurpam as riquezas

geral da república, ministério público, poder judicial, direção geral de aduanas, ministério da indústria e comércio e ministério do interior.

¹² O oligopólio transnacional no agronegócio paraguaio se manifesta pela corporação Monsanto que é responsável por quase totalidade do fornecimento de sementes. No setor dos agroquímicos cinco empresas controlam 68% da oferta destes produtos, com evidência para as organizações europeias Bayer e Syngenta. Pesquisas apontam que entre as 28 principais empresas nacionais, pelo menos 14 são propriedades totais ou parciais de brasileiros, o que corresponde a 50% das empresas locais.

¹³ O conservadorismo constitui o controle dos recursos naturais por meio de propostas privatizadoras de conservação da biodiversidade dos países. Estima-se que mais de 300.000 hectares esteja atualmente sob a possessão da conservação privada no Paraguai.

¹⁴No Paraguai, se estima que 13.000.000 de hectares foram concedidas a empresas estrangeiras no ano de 2007 para a exploração de petróleo e gás natural nas proximidades da fronteira da Argentina e Bolívia.



nacionais. O estrangeirismo advindo das agências de financiamento para reformas, programas “humanitários,” desfigura e oculta sua forma de controle e manipulação, aparentando difundir a paz, a igualdade, a caridade e a humanidade.

Ao trazer à tona as intervenções, as formas de estrangeirismo, os programas humanitários e o militarismo no país, não temos o objetivo de anunciar quantas bases militares existem no Paraguai, nem dizer quantos militares estão atuando no país ou enumerar quantos programas são executados e desenvolvidos. Mas sim, de reconhecer que o processo de ingerência externa, principalmente organizada pelos Estados Unidos e seus aliados, fazem parte da realidade do Paraguai e está materializada por meio de inúmeros meios, muitas vezes, de forma oculta à população. Há a necessidade de esclarecer que a essência destas intervenções são, a priori, instrumentos de dominação, exploração e principalmente se configuram em ameaça à democracia, à independência, à soberania e ao desenvolvimento da nação paraguaia de forma autônoma.

Essa ingerência se manifesta tanto por meio das relações políticas e econômicas, como também educacionais. Uma destas expressões é a reforma educacional de 1994, que se materializou na lei geral da educação 1264/98, que regula os princípios, meios e fins da educação do país. Isto revela que a educação se transformou num setor merecedor de atenção das classes hegemônicas¹⁵, por meio da qual, procuraram controlar e orientar o desenvolvimento da nação paraguaia.

A educação paraguaia no contexto do intervencionismo e da dominação externa

A educação paraguaia possui uma história marcada pelo intervencionismo externo. Os distintos contextos de seu desenvolvimento expressam como uma determinada forma de interferência foi superada por outra, que por sua vez, anunciaava uma nova maneira que se estabeleceria em seu lugar, ou seja, da dominação europeia à estadunidense, o setor educacional do país manifestou avanços, retrocessos, continuidades e descontinuidades de acordo com o

¹⁵ O termo classes hegemônicas está atrelado à concepção de organização e funcionamento da sociedade, cuja característica é a divisão de classes que possuem interesses antagônicos, ou seja, os dominantes e os dominados. Isto significa que o Estado se apresenta como instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, pois detém o monopólio da repressão e violência, assim, torna-se capaz de fazer valer os interesses dominantes por meio do convencimento, da persuasão, da conquista e consentimento por parte dos dominados para a difusão da ideologia burguesa.



desenvolvimento social, as demandas econômicas, os consensos políticos e as condições materiais do momento histórico. Conhecer esta realidade é admitir o movimento da história e os fatos que a constitui mediante os distintos elementos que a compõe.

Pode-se dizer que, confere-se ao período da colonização, a primeira forma de interferência estrangeira no país. Neste contexto a educação estava reduzida aos interesses dos governadores e das ordens religiosas oriundas da Espanha. Tratava-se de uma combinação entre propagação da fé cristã e a usurpação das riquezas nativas. Isto expressa que “espada e cruz marchavam juntas na conquista e na espoliação colonial” (GALEANO, 1971, p.16) para, em última instância, atender as necessidades dos paraguaios, tanto no setor educacional como no desenvolvimento econômico e social.

Os três governos subsequentes à independência, composto, respectivamente, por José Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos Antonio López e parte do governo de Francisco Solano López, período que compreende desde 1811 até 1870, configurara as únicas ocasiões da história do país em que se estabeleceu autonomia, independência e soberania nacional, pois não foram encontrados registros de ingerência estrangeira nos direcionamentos da nação nesse momento, e quando aconteciam estavam orientados, a priori, ao desenvolvimento e as necessidades internas da sociedade paraguaia.

O advento da guerra da Tríplice Aliança, sobretudo o seu fim, indica que a história do país tomou outra dimensão, pois, finalizada a guerra, o Paraguai progressista e desenvolvido,¹⁶ como era caracterizado, desapareceu. Em linhas gerais, a morte de Francisco Solano Lopez, em 01 de março de 1870, em Cero Corá, significou além do fim da guerra, o extermínio do nacionalismo, da autonomia e da independência estabelecida nos anos de 1800. Os vencedores da guerra impuseram ao povo paraguaio a constituição argentina. Assim, as universidades, colégios e escolas foram submetidos ao modelo francês, inclusive o exército. Isto significava que a Inglaterra, por meio de suas colônias, Brasil e Argentina, organizava a economia paraguaia para servir a ela (ALMADA, 1981).

¹⁶ O Paraguai possuía um desenvolvimento relativamente avançado com relação aos países que compartilhavam a mesma fronteira. Também, não tinha mendigos, analfabetos, possuía o único parque industrial do Sul da América e não possuía dívidas. Poder-se-ia dizer que as condições materiais para iniciar o desenvolvimento industrial estavam dadas, realidade, que contrariava os interesses da Inglaterra.



A educação foi estruturada neste período em função dos interesses da civilização ocidental e cristã. A Argentina, colônia comercial inglesa, era a nação que oferecia ao Paraguai as orientações educacionais como uma réplica da Argentina. As instituições escolares paraguaiaias se constituíam em espaços de repressão a toda manifestação de cultura nacional, assim, o idioma guarani foi proibido, em benefício da cultura advinda de Buenos Aires e de Londres, por meio da adoção de planos e programas dos respectivos países em restrição às necessidades internas do povo paraguaio (ALMADA, 1974).

Em tempos que a educação paraguaia estava reduzida a métodos franceses, europeus, adotados na Argentina e incorporados no Paraguai, mais precisamente em 1924, Ramón I. Cardoso,¹⁷ docente de nacionalidade paraguaia, propôs reestruturações para os níveis elementares e normais. Este intelectual tinha a consciência da dependência cultural do Paraguai à Argentina, contudo, as circunstâncias históricas não permitiram a elaboração de uma pedagogia paraguaia autêntica, haja vista que incorporou os pressupostos da Europa burguesa ao sugerir a filosofia da Escola ativa, iludido de que poderia trilhar a emancipação do setor educacional. Assim, mesmo ciente da submissão paraguaia frente à estrangeira, ao incorporar uma corrente pedagógica universal, não foi possível alterar a realidade vigente, ao contrário, reafirmou mais uma vez a sujeição frente às filosofias externas (ALMADA, 1971).

Nos anos de 1935, quando findou a guerra do Chaco, estavam quase que obsoletas, porém não extintas, as condições de expansão hegemônica argentina e brasileira, orientada pelo capitalismo inglês nas relações de poder da sociedade paraguaia. Nesse momento é possível registrar o estabelecimento de uma nova correlação de forças no contexto mundial, expresso pela hegemonia dos Estados Unidos.

Após a segunda guerra mundial a assessoria financeira e a assistência humanitária, por parte dos estadunidenses, expandiram-se significativamente, em todo o mundo, justificada pela luta contra o comunismo. No Paraguai, no ano de 1945, registraram-se interferências no campo educacional por meio do serviço interamericano de educação (SCIDE), que com o ministério de educação fundou escolas técnicas em Assunção, impulsionou a reforma da educação pública, a

¹⁷ O plano de estudos de Ramon Indalecio Cardozo estava inspirado nas propostas pedagógicas de Wiilliam James, John Dewey, Ovidio Decrollly e Adolfo Ferriere.



formação de docentes, a construção de escolas e a produção de materiais para uso em todas as instituições educativas do país (CORONEL, et al, 2012).

No longo período do regime militar (1954-1989), o governo manteve o setor educacional alinhado aos direcionamentos de organismos de cooperação internacional, tais como: a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Notadamente, desde a década de 1960 se intensificaram os programas de cooperação educacional, e naturalmente, foram assumidas as orientações e os posicionamentos de tais organismos. Manter como políticas nacionais ativas a cooperação internacional significava para o governo paraguaio estender a capacidade clientelista e também a base de legitimização governamental (RIVAROLA 2000).

Outro mecanismo de interferência externa pode ser traduzido pelo programa denominado Aliança para o Progresso,¹⁸ aprovado para o Paraguai em outubro de 1961, que estava direcionado à realização de investimentos para os setores políticos, à cooperação militar, às esferas sociais, dentre outros setores. Desde 1962 até 1966 o país recebeu aproximadamente 73 milhões de dólares entre assistência governamental e créditos de bancos privados ianques, que somados à cooperação militar, de 5,5 milhões, representavam 5% do PIB da nação paraguaia (CORONEL, 2011).

A década de 1980 pode ser caracterizada pelo declínio do regime militar de Alfredo Stroessner. Este fato teve estreita relação com a crise econômica mundial, com o enfraquecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que não se constituía mais em um perigo para o hemisfério, nem para o projeto de democratização dos EUA, ou seja, para o império do norte os ditadores da América Latina já não tinham mais razão de ser (CORONEL, 2011).

¹⁸ O que na década de 1961 se designava Aliança para o Progresso, presente na sociedade paraguaia pode ser denominado Iniciativa Zona Norte, estabelecido exclusivamente em consonância com os interesses de Washington, resultou, sobretudo, em interferência no funcionamento e organização da sociedade paraguaia em geral, apoiados em pressupostos de segurança, bem estar e desenvolvimento. Este programa se reestabeleceu no Paraguai em Júlio de 2010. Consiste no assessoramento estadunidense às instituições como o ministério público, poder judicial, ministério do anterior, secretaria nacional antidrogas, justificado, a priori, para reduzir o crime organizado. O prolongamento do acordo que data dos anos de 1961 se constitui na continuidade das ingerências imperialistas se infiltrando nas comunidades, na produção, na sua organização, capacitação de grupos de elite de policiais, dentre outros.



A transição democrática aprofundou ainda mais as relações de cooperação entre o Paraguai e os Estados Unidos. Em 1991, pela primeira vez, a USAID enviou um diretor permanente ao país com dedicação exclusiva na administração dos programas de assistência estabelecidos. A tendência de trabalhar com organizações da sociedade civil e do setor empresarial, que havia iniciado nos últimos anos da ditadura militar continuava invariável. A USAID-Paraguai também começou a coordenar seus projetos com agências de outros países como Espanha, Japão, Alemanha, União Soviética e instituições multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) (CORONEL, et al, 2012).

Na história recente a reforma educacional paraguaia de 1994, como foi supramencionado no inicio deste artigo, é um exemplo da continuidade da ingerência externa no país. Este procedimento reformador registra que o círculo vicioso, orientado pelo caráter antagônico do capital, não foi superado com o fim da ditadura militar e a transição para a democracia. Isto significa que os ares da transição democrática que anunciavam o estabelecimento de um contexto redentor para a população de modo a suplantar o autoritarismo, a desigualdade e a opressão e assim estabelecer a liberdade, a igualdade e a autonomia social, não foram concretizados.

Faz-se necessário questionar a participação ativa, contínua e irrestrita de instituições externas nas relações internas do Paraguai. No caso da reforma educacional de 1994 tudo leva a crer que foi atribuído ao setor educacional uma função estratégica, como instituição, que deveria estar alinhada à “consolidação da democracia”, a serviço do desenvolvimento do capital.

Isto significa que a compreensão da educação paraguaia, em especial, da reforma de 1994, interpretada a luz do intervencionismo externo, precisa ir além das concepções de que revisões de níveis de ensino, reestruturações administrativas, construções de escolas, assistências financeiras, colaborações em programas de formação docente, elaborações de novos materiais didáticos, dentre outras questões, constituem-se em meras contribuições despretensiosas e desinteressadas por parte das instituições estrangeiras.

É preciso esclarecer que o movimento externo estabelecido não se configurava como uma preocupação com a caridade, a humanidade e com o desenvolvimento de um país subdesenvolvido, que lutava pela qualidade da educação de seus jovens. Ao contrário, tratava-se



de conduzir a reforma de tal modo que a educação se transformasse num instrumento de consolidação da ordem, de acordo com os pressupostos estadunidenses.

Considerações Finais

A análise empreendida neste artigo partiu da suposição de que toda reforma ocorre em resposta a uma necessidade social. Tendo isso presente, buscou-se identificar qual o problema que a reforma educacional paraguaia de 1994 buscava resolver.

Ao verificar o contexto e a forma como a reforma foi realizada, nos leva a concluir que, por meio dela, procurava-se responder tanto ao problema da desestabilização social, como, por meio da educação, garantir a construção de uma ordem democrática adequada ao novo contexto global. Isso não significa que as políticas de restruturação do setor educacional, não contemplaram em alguma medida determinados interesses nacionais. No entanto, também demonstraram a impossibilidade da construção de estratégias nacionais autônomas, soberanas e livres, para atender as necessidades educacionais do país e superar suas limitações.

Em suma, ao se falar da educação, não se pode deixar de considerar o funcionamento da sociedade paraguaia, sua articulação e ou submissão aos ditames internacionais e sua falta de autonomia, o que demonstra que não está isolada do movimento mundial.

Referências

ALMADA, M. *Paraguay: Educación y dependencia*. Asunción: [s/ed.], 1974. Disponível em: <<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.355/pm.355.pdf>>. Acesso em 16/06/2015.

BENÍTEZ, L. *Histórica de la educación paraguaya*. Assunción: Comumeros, 1981.

CEPRID. Las bases militares de Estados Unidos son Puntas de lanza para dominar América Latina y el Caribe. *CEPRID*, 29 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article1800&lang=es>>. Acesso em 18-06/2015.

CORONEL, B. *Breve interpretación marxista de la historia paraguaya (157-2011)*. Asunción: Arandurã, 2011.

CORVALÁN, Graziella; CANESE, K. Natalia; HOBBS, M. Cynthia; RIVAROLA, Domingo. *Educación bilingüe*. In: REIMERS, Fernando (coordenador do projeto). Análisis del sistema educativo en el Paraguay. Sugerencias de política y estrategia para su reforma. Asunción: Servilibro, 1993, p.357-374.



DUARTE, F. *La reforma educativa en el Paraguay, en la encrucijada entre la teoría, la práctica educativa y los resultados*. Asunción: Don Bosco, 2011.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

Disponível em:

<[http://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina_\(EduardoGaleano\).pdf](http://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina_(EduardoGaleano).pdf)>. Acesso em: 16/06/2015.

GLAUCER, M. *Estrangerización del territorio paraguayo*. Assunción: Base is, 2009.

GUTIÉRREZ, S. Cidades ocupadas: a presença militar permanente na América Latina. *América Latina em movimento*, n. 495, maio, 2014. Disponível em <<http://www.alainet.org/active/74118>>. Acesso em 16/06/2015.

IRALA, A. *Los nuevos rostros de la militarización*. Paraguay: SERPAJ PY, 2009-2010.

Irala, A. *Paraguay: Base militar estadounidense una mirada a Mariscal Estigarribia, Chaco paraguayo*. Paraguay: SERPAJ PY, 2011.

JICA. *Estudio y análisis del sector educativo en Paraguay, Informe final*. Japão: Istituto Desarrollo, 2004.

MACGINN, N. *El desafío que representa el Mercosur para la educación*. In: REIMERS, Fernando (coordenador do projeto). Análisis del sistema educativo en el Paraguay. Sugerencias de política y estrategia para su reforma. Asunción: Servilibro, 1993, p.39-80.

PARAGUAY. *Paraguay: Informe Técnico Programa Educación Para Todos. Conferencia de Jomtien de 1990*, setembro de 1999.

PARAGUAY. *Plan Nacional de Educación 2024. Hacia el centenario de la escuela nueva de Ramón Indalecio Cardoso*. Asunción. Paraguay: Ministerio de Educación y Cultura, 2011. Disponível em: <www.mec.gov.py>. Acesso em: 25-06-2013.

RIVAROLA, D. La Reforma Educativa en el Paraguay. *CEPAL-ECLAC, Serie Políticas Sociales*, Santiago, n. 40, setembro, 2000, p. 1-29. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicacione>>. s/xml/7/4977/lcl1423e.pdf>. Acesso em 29-07-2014.

VILLAGRA, L. *Las reformas neoliberales de primera y segunda generación en el Paraguay*. In: VILLAGRA, Luis Rojas (compilador). La economía paraguaya bajo el orden liberal. Asunción: Arandurã, 2011, p.13-48.

Recebido em 28 de Fevereiro de 2016.
Aprovado em 25 de Maio de 2016.